

Agroecologia: diálogos interculturais e inclusão social no Brasil

Com um processo histórico de colonialismo, imperialismo e ditadura militar recentes, o Brasil conta com distintas regiões, contextos políticos, económicos e socioculturais. O país ocupa a 11ª posição no ranking global de desigualdade social e o racismo estrutural é inegável. Na atualidade o país vivencia a reprimarização da economia, que vulnerabiliza frente à dependência da exportação de mercadorias primárias e à importação de bens de capital. A agricultura industrial (mercado interno e de exportação) e a mineração continuam a ter destaque na economia nacional, porém com distribuição desigual de terras e forte ameaça aos direitos de povos indígenas e quilombolas.

A agricultura industrial, localmente denominada de agronegócio, ocupa a maior parte das terras cultivadas com a degradação dos bens naturais e elevada taxa de violência contra povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, sobretudo nas fronteiras agrícolas. O agronegócio está em grande parte subordinadas a empresas transnacionais e produz commodity agrícola, a exemplo da soja, voltadas para a exportação, um fenômeno do neocolonialismo que gera conflitos sociais crescentes devido ao neoextrativismo praticado nas terras das comunidades rurais locais. A produção de commodities se dá em grandes extensões de terras, em monocultivo e com uso de insumos que degrada a saúde do ambiente e das pessoas. Este tipo de produção acirra a disputa por água, por terra e território e por biodiversidade. Com a agenda de bioeconomia se apresenta como um “novo” ou renovado “bionegócio”, essas disputas ficarão ainda mais acirradas.

Historicamente há uma grande concentração de terras no Brasil e os camponeses (as) possuem pouca e lutam para acessá-la. Contraditoriamente, estes são os sujeitos responsáveis pela soberania alimentar nacional, pois produzem cerca de 70% dos alimentos consumidos no país e pela conservação das florestas e das águas em quantidade e qualidade. A luta de camponeses (as), povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais tem se dado pela manutenção das suas terras ancestrais e pela reforma agrária. Eles/as lutam pelos direitos territoriais, pela manutenção dos seus modos de vida, contra a exclusão socioambiental, pela afirmação da diversidade

cultural, pela conservação da sociobiodiversidade e pelo direito à alimentação, em um contexto em que a fome voltou a ser um grave problema.

A agroecologia se alinha a esta luta. A agroecologia é compreendida como ciência, prática e movimento social, de forma integrada e articulada (Wezel et al., 2009; ABA 2015), que utiliza de abordagem sistêmica e multidimensional orientadas a desenvolver sistemas agroalimentares saudáveis em suas dimensões ecológica, econômica e social (ABA, 2015, Gliesman 2009). Sistema agroalimentar, refere-se à produção, o beneficiamento, a comercialização, a distribuição e o consumo dos alimentos e a ciclagem dos resíduos gerados.

Enquanto ciência, a agroecologia possui suas bases na prática e na sabedoria dos povos originários e camponeses, articuladas ao conhecimento científico. Por isto, a dimensão científica da agroecologia vem progressivamente sendo reivindicada e questionada por povos e comunidades tradicionais. Portanto, a agroecologia é, desde sua origem, uma ciência contra hegemônica, construída a partir de princípios e métodos diferenciados do positivismo, ao qual se contrapõe (sobretudo através da perspectiva sistêmica), e como prática vivenciada, recriada e transmitida por camponeses/as em diferentes contextos brasileiros.

A agroecologia não ignora os saberes dos povos em seus processos, pois como ensinou Paulo Freire, o conhecimento deve ser construído a partir do diálogo de saberes sem ignorar o olhar sobre o que as pessoas fazem para solucionar seus problemas. A interação entre conhecimentos e saberes é importante, pois a agroecologia pressupõe uma nova forma de se relacionar com a natureza, com a sociedade e com todas as inter-relações culturais existentes em uma trama de conexões.

No âmbito brasileiro a agroecologia é construída cotidianamente nos diferentes lugares do país em um processo de diálogo intercultural entre diferentes etnicidades/identidades nos diferentes contextos e regiões. Aos poucos a agroecologia vem se enraizando em todos os ambientes e contextos socioeconômicos brasileiros, com ampla diversidade de expressões, percepções e perspectivas e de forma participativa e dialógica. A agroecologia se coloca firmemente no embate político ideológico que se materializa, como movimento de organizações e redes sociais por uma opção sustentável de vida no campo e pela produção de alimentos saudáveis. Portanto, com a agroecologia estamos diante de *agri-culturas* em diálogo e pela construção de

sustentabilidade e superação de padrões coloniais de poder e de conhecimento, portanto, contra a desigualdade social e a discriminação.

Nessas agri-culturas, as práticas agroecológicas de camponeses (as), povos e comunidades tradicionais, diferentemente da prática do agronegócio e do bionegócio, são diversificadas e baseadas na natureza e em princípios ecológicos que garantem a manutenção da biodiversidade e da qualidade do solo e da água. A biodiversidade é composta por todos os seres vivos, ou seja, é a vida. A biodiversidade, acima do solo e no solo, gera benefícios para além da fixação de carbono, como cobiçada pelo mercado de carbono. A ciclagem de nutrientes, a polinização, o controle biológico e a fixação biológica de nitrogênio são benefícios que garantem a produção saudável dos alimentos. Esta biodiversidade deve ser manejada por pessoas que por ela tenham conhecimento e respeito, mas que também querem ser respeitadas. Por isto, a luta da agroecologia é também por inclusão social e respeito aos povos e comunidades do campo.

Nos biomas Mata Atlântica e no Cerrado, o 5º e o 14º *hotpots* de biodiversidade do planeta, respectivamente, muitas comunidades rurais produzem alimentos em sistemas diversificados que não dependem de insumos externos produzidos pelas grandes empresas do complexo agroindustrial. Estes alimentos são produzidos, por exemplo, a partir de sistemas agroflorestais e de agroextrativismo sustentável de frutos nativos. Ao coletar os frutos do Cerrado para a alimentação e geração de renda, os povos e comunidades tradicionais contribuem para a proteção e conservação de sua biodiversidade, pois a tendência do ser humano é conservar a biodiversidade quando conhece a importância e utilidade associada a ela.

Os sistemas agroflorestais biodiversos, uma tecnologia agroecológica, permitem que a *terra descanse e ao mesmo tempo produza alimentos*, segundo um agricultor da Mata Atlântica. Sistemas agroflorestais são consórcios de culturas agrícolas com árvores. Exemplos muito conhecidos de sistemas agroflorestais são os quintais e os cultivos de cacau e café arborizados. As árvores presentes nos sistemas agroflorestais, permitem não apenas sequestrar carbono, mas geram vários outros benefícios e criam conexões que permite a proteção da mata nativa, que também beneficia os sistemas agroflorestais. Por exemplo, as árvores podem alimentar insetos que se alimentam de outros insetos considerados pragas e com isto não há necessidade do uso de agrotóxicos.

Esses biomas já ameaçados serão ainda mais ameaçados, caso não se considere o modo de fazer e viver dos povos e comunidades do campo brasileiro e caso não se incentive as práticas agroecológicas. Seus agroecossistemas não podem dar lugar a monocultivos de árvores para o mercado de carbono, por exemplo. A transição agroecológica cada vez maior de seus sistemas, como previsto na política brasileira de agroecologia e produção orgânica, aliada a uma forte luta por direitos territoriais, gera benefícios para todo o planeta e não apenas para empresas interessadas em compensar os danos ambientais provocados pelas suas atividades, especialmente no norte global. Portanto, estamos falando da sociobioeconomia, que se dá a partir da conservação da natureza pelas famílias e comunidades rurais que dela dependem diretamente no dia-a-dia e que a maneja com respeito, o que se alinha com a agroecologia.

A agroecologia fortalece o direito à terra e ao território, o livre uso da biodiversidade, da água e das sementes adaptadas localmente, equidade nas relações sociais de gênero e geração, diversidade cultural e equidade social. Também busca fortalecer a resiliência dos agroecossistemas frente aos desafios climáticos, que demanda aprimoramento e redesenho de sistemas agrícolas a partir do diálogo horizontal entre o conhecimento local e o técnico-científico nos diferentes contextos ambientais, socioculturais e econômicos.

Para tal é necessário manter a prevalência da abertura, da cooperação solidária, do compromisso social valendo-se de métodos que permitam não só a participação de diferentes sujeitos na pesquisa-ação, mas a interação dialógica, ética e horizontal entre diferentes epistemologias e visões de mundo, posto que os sistemas agrícolas dos povos e comunidades tradicionais têm relação intrínseca com os ciclos e processos naturais com ampla gama de saberes associados e princípios que estão na essência da agroecologia. Eis um desafio, mas também a possibilidade de construção de caminhos que superem a condição atual na qual nos encontramos!

Referências:

Articulação Nacional de Agroecologia. <https://agroecologia.org.br> (accessed 1 October 2022).

Gliessman, S, 2009. Editorial: A Framework for the Conversion to Food System Sustainability. *Journal of Sustainable Agriculture*, 33:1, 1-2, DOI: [10.1080/10440040802587249](https://doi.org/10.1080/10440040802587249)

Wezel, a., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D., David, C., 2009. Agroecology as a science, a movement and a practice. *Sustain. Agric.* 2, 27–43. doi:10.1007/978-94-007-0394-03.

- Fernanda Testa Monteiro possui graduação em Agronomia (2003) pela Universidade Federal de Viçosa, mestrado em Geografia (2001) pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Geografia Humana (2019) pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia (2020) pela Universidad Pablo Olavide/Espanha. É assessora temática da Heks/Eper em Biodiversidade, Terra e Sistemas Alimentares Sustentáveis.

- Irene Maria Cardoso, possui graduação em Agronomia (1984) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialização em Ensino em Geociências (1994) pela Universidade de Campinas, mestrado em Solos e Nutrição de Plantas (1992) pela UFV e doutorado em Ciências Ambientais (2002) pela Wageningen University/Holanda. Foi presidente da Associação Brasileira de Agroecologia gestão 2014-2017. Aposentou-se como professora titular da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Solos e atualmente é professora voluntária do mesmo departamento.

- Claudenir Fávero possui graduação em Agronomia (1992), mestrado (1998) e doutorado (2002) em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa, pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia (2020) pela Universidad Pablo Olavide/Espanha. É Professor Titular da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2022) em Manejo de Solos e Agroecologia.